



A recepção do Concílio de Niceia na América Latina hoje¹

The reception of the Council of Nicaea in Latin America today

* Elias Wolff

Resumo

O objetivo do artigo é refletir sobre a recepção do Concílio de Niceia em contexto latino-americano. Propõe caminhos para que a vivência da fé definida em Niceia conduza as comunidades cristãs latino-americanas à inserção em seus contextos socioculturais. Para isso, revisita Niceia, analisando suas principais questões e o conceito *homoousios* como resposta à problemática cristológica; propõe o redimensionamento do ser cristão na América Latina hoje; e aponta caminhos para a construção de uma teologia com conclusões abertas. O método da pesquisa é a análise bibliográfica. O artigo conclui que para manter a fidelidade à “fé de Niceia” – a comunhão entre o humano e o divino na pessoa de Jesus Cristo e no interior da Trindade – a igreja precisa dar passos convictos no caminho conciliar e sinodal, como método para o discernimento e a tomada de decisões na vida eclesial e na missão entre os povos latino-americanos.

Palavras-chave: Concílio de Niceia; Fé Cristã; Recepção; América Latina; Sociedade

1. Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Brasil, por meio da concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa - Edital nº 09/2022 – Processo nº 303984/2022-8.

* Pós-doutorado em Teologia na Lutheran School of Theology at Chicago (2019). Doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (2000). Membro do Programa de Pós Graduação em Teologia (PUCPR). Contato: elias.wolff@pucpr.br



Texto recebido em:

20.02.2025

Aprovado em:

10.09.2025

Ano XXXIII - V. 34 - Nº 111

Mai - Dez 2025



Programa de Estudos

Pós Graduados em
Teologia - PUC/SP

Abstract

The aim of this article is to reflect on the reception of the Council of Nicaea in the Latin American context. It proposes ways for the experience of the faith defined in Nicaea to lead Latin American Christian communities to insertion in their sociocultural contexts. To this end, it revisits Nicaea, analyzing its main issues and the concept of homoousios as a response to the Christological problem; it proposes a re-dimensioning of being Christian in Latin America today; and it points out ways for the construction of a theology with open conclusions. The research method is bibliographical analysis. The article concludes that in order to remain faithful to the “faith of Nicaea” – the communion between the human and the divine in the person of Jesus Christ and within the Trinity – the church needs to take confident steps on the conciliar and synodal path, as a method for discernment and decision-making in ecclesial life and in the mission among the Latin American peoples.

Keywords: Council of Nicaea; Christian Faith; Reception; Latin America; Society.

Introdução

A celebração dos 1700 anos do Concílio de Niceia (325) leva-nos a resgatar seu múltiplo valor: histórico, cultural, pastoral, teológico, ecumônico, político, territorial, entre outros. E isso impele a teologia a refletir sobre a recepção de Niceia num esforço de atualização de suas conclusões e definições, revigorando o ser cristão e ser igreja nos dias de hoje. Impele também as igrejas atuais a adotarem o método conciliar na busca de sínteses consensuais sobre as verdades cristãs, sobretudo a da pessoa de Jesus Cristo, em sua humanidade e divindade, atualizando a fé de Niceia no presente e transmitindo-a para as gerações futuras.

Neste artigo, focamos a análise da recepção do Concílio de Niceia no contexto latino-americano. A pesquisa estrutura-se em cinco partes: a compreensão do contexto teológico plural no qual aconteceu o concílio; as questões nele tratadas, sobretudo no horizonte cristológico; a apresentação de elementos para uma recepção atualizada desse concílio na América Latina; a contribuição dessa recepção para o redimensionamento do ser cristão na América Latina hoje; e como Niceia contribui também para uma reflexão teológica com conclusões abertas. O método da pesquisa é a análise bibliográfica relativa à Niceia. E a

conclusão é que a riqueza desse concílio está tanto em seu conteúdo, sobretudo cristológico, quanto em seu método, apresentando a modalidade conciliar como caminho para a igreja obter consensos na doutrina da fé e na organização pastoral em nossos dias.

1. O Concílio de Niceia num contexto teológico plural

O cristianismo configura-se a partir de experiências plurais do ressuscitado (Mt 28,9-17; Mc 16,9-14; Lc 24,1-35; Jo 20, 16-20), que formam a base para diferentes concepções acerca de Jesus Cristo e do seu Evangelho. Temos, assim, os 4 evangelhos e os demais textos do Segundo Testamento, que expressam a vida cristã das diferentes igrejas no cristianismo primitivo. Essas igrejas têm uma grande pluralidade em sua organização interna, no exercício da liderança, nas perspectivas da vivência da fé.

Tal pluralidade não é sem tensões. Com Paulo, a necessidade de adaptar a compreensão da fé fora do judaísmo introduz novas concepções sobre o ser cristão, como expressa a controvérsia sobre a circuncisão (Gl 2, 11-21). Nos dois primeiros séculos, a religião cristã tem uma espiritualidade gentia, baseada na teurgia caldéia e no gnosticismo, o protocatolicismo dos “Doze”, o judeu-cristianismo jacobita. Ao longo do tempo, a igreja vai assumindo formas estruturais em sintonia com os novos tempos e contextos. Na Idade Média, a expressão da fé cristã no Ocidente passa por uma forte uniformização e as tentativas de concentração no estilo romano levaram à ruptura com o cristianismo oriental. Na modernidade, o poder secular afirma-se autônomo em relação a religião, desperta-se para a liberdade do indivíduo e o cristianismo ocidental se fragmenta com o protestantismo do século XVI, fragmentação que se intensifica com o pentecostalismo a partir do século XX.

Fazemos esse breve recorrido para mostrar que a pluralidade é uma constante no cristianismo, ela não é apenas o resultado do seu desenvolvimento histórico, mas uma característica presente desde sua origem, quando se elaboram as diferentes concepções acerca da pessoa e do Evangelho de Jesus Cristo. A partir do século III, destacam-se as correntes teológicas de Alexandria, com interpretação alegórica das Escrituras (SANTOS, 2023), enfatizando a união entre

o humano e o divino na pessoa de Jesus Cristo; e de Antioquia, que desenvolveu uma exegese mais literal e tipológica, acentuando a distinção entre o humano e o divino em Jesus (OLSON, 2021). As diferentes igrejas do período pré-niceno viviam mergulhadas numa diversidade de cristologias que conviviam entre sintonias e tensões, numa pluralidade de interpretações da fé admitida com certa normalidade:

Há claramente um pluralismo muito grande que foi acolhido e deixado no testemunho textual. Todos eles contribuem para a compreensão de ressurreição. Mas nenhuma narrativa se impôs: permaneceram em igualdade de princípio e todas legítimas. O pluralismo de narrativas não é sentido pela comunidade como contraditório. Nem a comunidade primitiva sentiu a necessidade de se reconhecer apenas uma delas como a correta (BERKENBROCK, 2014, p. 94).

No século IV, algumas dessas formulações foram consideradas ambíguas e contraditórias, como as de Ário e seus predecessores Paulo de Samósata, Sabélio, Noeto e Práxeas. E o Concílio de Niceia, em 325, teve como objetivo buscar consensos, o que ocorreu como resultado de uma síntese de diversas concepções sobre verdades fundamentais da fé da igreja na pessoa de Jesus Cristo, de um lado fundamentado nas Escrituras e, de outro lado, servindo-se de perspectivas e conceitos filosóficos do mundo grego helenístico.

Contudo, a recepção do Símbolo de Niceia não foi tranquila, seja pela dificuldade para sintonizar diferentes posicionamentos teológicos, seja pela resistência ao termo chave da definição cristológica, homoousios - “da mesma substância”, sobretudo por ser extrabíblico. A estabilidade que o Credo almeja em sua formulação não significa tranquilidade na sua transmissão e narração no interior das diversas igrejas locais. Isso também porque se faz necessário situar a profissão da fé em contextos socioculturais diversos, expressando-se por linguagens que mudam constantemente.

Não obstante, as conclusões do Concílio Niceia continuam fundamentais para as igrejas construírem consensos, sobretudo a sua fórmula de fé, mesmo se existem diferenças no uso regular e na confissão do Credo. Desse modo, o concílio é afirmado como método na busca de respostas a questões teológicas.

Essa resposta possui autoridade universal apresentada como definição dogmática ou ortodoxa da fé para toda a igreja, sendo as demais teses consideradas erros e, portanto, nocivas à fé e à própria salvação. Tal é o significado que se deu ao termo “heresia”, que do sentido original de “escolha” (ahiresis), passa a indicar “outra escolha”, que deve ser refutada como erro (BERKENBROCK, 2014, p. 96). A doutrina de Niceia passa, então, a ser Símbolo de fé, regula fidei “católica”, para todas as igrejas, e “ecumênica”, como um fio unificador de diferentes confissões de fé. Padroniza-se a profissão de fé como uma herança partilhada em diferentes contextos.

2. Questões de Niceia e o homoousios como solução cristológica

O Concílio de Niceia abordou uma série de questões, entre elas a data da celebração da Páscoa, a estrutura organizacional da igreja, o comportamento do clero, a reconciliação dos lapsários no cisma liderado por Melécio de Licópolis, a readmissão à igreja de hereges e cismáticos, questões litúrgicas. Mas a questão central em Niceia dizia respeito à afirmação da divindade de Jesus Cristo. A teologia da época tinha respostas diferentes e algumas se contrapunham. O que se queria entender era como conceber Deus na relação entre o Filho e o Pai, o ser humano, a criação e a salvação. As respostas conflitavam tendo, de um lado, Ário e sua compreensão que o Pai era o único Deus, sendo Jesus subordinado ao Pai, seguido por representantes do modalismo/patripassionismo de Sabélio, Noeto e Práxeas. De outro lado, estava quem afirmava a divindade de Jesus Cristo por ser gerado do Pai, mesmo se não coincidiam em todas as afirmações sobre Jesus Cristo, como Eusébio de Nicomédia, Alexandre de Alexandria, Eusébio de Cesareia, Atanásio de Alexandria, entre outros. A primeira tendência combatia a ideia de uma pluralidade em Deus, como as personagens divinas do gnosticismo, e defendia o monarquismo com base à herança monoteísta do judaísmo. Então, como afirmar a divindade de Cristo sem negar a crença em um único Deus? Isso indaga sobre a origem de Cristo a qual encontrava consenso entre alguns na ideia que Ele “nasceu do Pai antes de toda criação” (Orígenes, 185-253, Princ. 1. Praef. 4. Apud FERNANDEZ, 2024, p. 419). Mas não dizia o “como” isso acontece, o que levanta outras questões: um ser divino tem origem? É originado? Essa origem é ante tempora ou ab aeterna? Em que sentido Pai e Filho são um só Deus?

O Logos, é uma faculdade divina ou é um ser subsistente? O Filho que deriva do Pai é imutável? Qual a relação do Filho com a criação e a salvação do mundo?

Constata-se facilmente a complexidade dos questionamentos, existentes já bem antes do Concílio de Niceia. Alguns respondiam que Pai e Filho são coeternos (Orígenes); outros afirmavam que o Filho é gerado pela vontade do Pai e, por isso, “não coexiste com o Pai de modo ingênito” (Eusébio de Cesareia, d.e. 4,6,3; 5,1,4; 5, Praef. 1; 5,1,5-6; 5,1,21; 6, pr. 1. Apud FERNANDEZ, 2024, p. 421). A distinção entre “ingênito” e “gerado” mostra a preexistência atemporal do Pai em relação ao Filho². Nessa discussão, surge o termo ousia, introduzido por Eusébio para dizer que o Logos não é uma faculdade conatural a Deus, mas realidade subsistente, como substância/natureza derivada de Deus. Por isso, o Filho distingue-se do conjunto da criação, sendo gerado como Unigênito e atemporal, o que acontece em vista da criação e como seu instrumento da criação. A principal oposição a essa tese está em Ário, para quem “O filho não é ingênito nem, em nenhum sentido, parte do Ingênito, nem provém de um certo substrato” (Ário, ep. Eus, 4. Apud FERNANDEZ, 2024, p. 427). Ele é gerado “antes dos tempos seculares, por meio do qual fez os séculos e todas as coisas” (Ário, ep. Eus. 3. Apud FERNANDEZ, 2024, p. 427).

O conteúdo central da resposta de Niceia às questões acima é que o Filho procede do Pai, é o “engendrado unigênito do Pai”, não tem o ser a partir de outra substância ou a partir do nada. Tal é o sentido do homoousios – mesma substância. O Filho é “gerado, não feito” (*γεννηθέντα οὐ ποιηθέντα*) e “consustancial ao Pai” (*όμοούσιον τῷ πατρὶ*). O Logos é identificado com o Filho, numa coeternidade entre o Pai e o Filho, ambos da mesma substância divina, de modo que o Filho não é mero atributo ou faculdade de Deus, ou apenas um modo de Deus se manifestar na história. O houmoousios já era utilizado antes de Niceia sobretudo por Eusébio de Nicomédia (c. KZING, 2023, p. 120-122).

2. Para aprofundar essa compreensão, ver FERNANDEZ, “Eusebio de Cesareia y a controvérsia arriana”, p. 422. “Eusebio afirma que el Hijo existe *ante tempora* y, por ello, se diferencia de la creación; pero, porque es generado y no coexiste en Dios de manera ingénita, no existe *ab aeterno*”, p. 422.

Assim, no concílio de Nicéia o verbo “gerar” ($\gamma\epsilon\nu\nu\alpha\omega$) define a relação ad intra entre Deus criador e Deus que se encarna, denominados também com as metáforas de “Pai” e “Filho”. E mostra como acontece a relação entre Pai e Filho também ad extra, na criação e na salvação do mundo. Filho Unigênito, não significa “primeiro” de muitos filhos, mas o “único” gerado do Pai, da substância ($\omega\nu\sigma\alpha$) do Pai, o que o difere das outras criaturas que foram “feitas” e vieram a existir não de Deus, mas do nada. Sendo consubstancial ao Pai, o Filho participa como instrumento e meio da ação do Pai na ordem criada (cf. Jo 1,3; 1Cor 8,6). Ele participa, igualmente, da salvação, o que se explica em sua encarnação, paixão, ressurreição, ascensão e retorno no juízo final (2Tm 4,1; 1 Pe 4,5). O Símbolo de Niceia fala, ainda do Espírito Santo, mas o menciona rapidamente como objeto de fé, sem detalhar sua natureza.

3. Por uma recepção atualizada do Concílio de Niceia

Os debatedores no Concílio de Niceia tinham consciência sobre a delicadeza e a complexidade dos temas cristológicos abordados. Trata-se do mistério divino, impossível de ser afirmado categoricamente o que é em si mesmo. Bem se diz que sobre o divino mais sabemos o que não é do que o que é. O que se percebe em Niceia são encontros e desencontros de correntes teológicas, tendências culturais e posições sociais que influíram fortemente nas discussões sobre a pessoa de Jesus Cristo, sua humanidade e divindade. O concílio foi uma possibilidade de as diferentes posturas se manifestarem, em suas sintonias e oposições. Esse fato é um importante desafio para o nosso tempo de posturas ideológicas, políticas e religiosas polarizadas. Desafia a realização da proposta do Papa Francisco sobre a “cultura do encontro” (FT 30.216-217) e a “cultura do diálogo como caminho” (FT 285). Em, Niceia, encontro e diálogo aconteceram em meios a desencontros, pressões e repressões de umas tendências e o favorecimento de outras.

Isso levanta questionamentos sobre como as diferentes igrejas na América Latina afirmam hoje a fé em Jesus Cristo. Não raro constata-se oposições teológicas e espirituais, onde se manifestam tendências gnósticas, monofisitas, patripassionistas, não obstante o fato de nem sempre terem tal consciência. Observa-

se também absolutismos com hermenêuticas exclusivistas de afirmações bíblicas sobre Jesus Cristo, tal como: “único mediador” entre o céu e a terra (1 m 2,5); “não há outro nome no qual podemos ser salvos” (At 4,12); “quem não crê já está condenado” (Jo 3,18). Sem ferir o conteúdo da fé, urge superar hermenêuticas fechadas e exclusivistas de tais textos, exercitando o discernimento da própria fé em diálogo com outras formas de crer que possibilitem enriquecimento e fidelidade na compreensão e vivência da verdade cristã. Esse esforço deve acontecer tanto no interior de uma tradição eclesial, quanto entre as diferentes igrejas, num exercício ecumênico do aprofundamento das verdades cristãs.

Revisitar Niceia hoje significa assumir posturas teológicas, doutrinais e pastorais não apenas tolerantes, que permitem a manifestação de uma postura já previamente condenada como heresia, mas que garantem uma real liberdade nas afirmações de fé para um discernimento conjunto de sua veracidade. Tal é o esforço de sinodalidade proposto para a igreja do nosso tempo. Ao convocar as diferentes igrejas, Niceia afirma a universalidade da fé cristã, o que requer assumir as suas particularidades contextuais. Somente assim a mensagem do Evangelho atinge a humanidade inteira. Ao permitir que as diferentes concepções cristológicas se manifestassem, o Concílio de Niceia serve de modelo para o discernimento e a tomada de decisões na igreja. E a verdade da fé não se caracteriza como tal apenas pela definição de um concílio, mas inclui a sua recepção nas diferentes igrejas locais, somente assim as verdades tornam-se, de fato, universais. Niceia contribui para entendermos hoje a necessidade de vivermos a tensão entre particularidade e universalidade numa perspectiva dialogal. Essa tensão abre caminhos em duas principais direções: internamente, para conceber um cristianismo plural, que impacta no modo de ser igreja; e, externamente, para favorecer o encontro da fé cristã com as sociedades e as religiões. O desafio consiste em compreender que a graça crística extrapola a doutrina das diferentes igrejas, pois de algum modo ela vai além do próprio homem de Nazaré como portador da revelação e da salvação. A particularidade das identidades eclesiais sintoniza com limites da particularidade de Jesus, ao mesmo tempo que a enraíza num chão social e eclesial. E isso é condição para a catolicidade ou mundialização da fé cristã. Catolicidade e pluralidade se exigem mutuamente, a catoli-

cidade inclui diferentes particularidades culturais e religiosas, numa pluralidade de mediação. Cristo se concretiza por diversos meios, da religião cristã ou não, pelos quais Deus atua na vida das pessoas. Assim melhor se comprehende a universalidade da salvação.

Portanto, é fundamental que as igrejas na América Latina situem suas vivências de fé nos contextos socioculturais e religiosos do continente, afirmando a própria identidade sem negar a identidade do outro; reconhecendo a identidade do outro sem negar a própria; dialogando honestamente com as próprias crenças e as crenças do outro; intercambiando valores que possibilitem enriquecimento mútuo sem perder a fidelidade à própria fé. A ecumenicidade do Credo de Niceia implica numa recepção atualizada em nossos dias. Nunca na história humana o cristianismo apareceu de forma tão plural e multifacetado como atualmente. E isso não apenas no contexto social/institucional, mas também na interioridade de pessoas crentes, o que faz que para algumas pessoas a identidade de fé não mais seja compreensível numa comunidade eclesial apenas. Analisar esse fato é uma necessidade imprescindível para verificar como aí se vive, ou não, o legado de Niceia, sobretudo a observância do Credo

3.1 A afirmação de um cristianismo plural

Niceia afirma a fé em um Deus plural, em si mesmo e em suas manifestações na história da humanidade, incluindo as culturas e as religiões. Essa pluralidade é raiz e essência do cristianismo, o que constrói a sua vocação universal, sua catolicidade. Servindo-se de outras culturas e credos para formar-se, a fé cristã abre-se para as diferentes culturas e credos, o que estimula a novas relações entre as diferentes posturas internas ao cristianismo, com respeito à alteridade, hospitalidade, convivência pacífica e cooperação na missão.

O cristianismo latino-americano é plural, formado por tradições eclesiás clássicas como o catolicismo, a ortodoxia e o protestantismo, com diferentes tendências do ser cristão e ser igreja, formando um panorama cristão multifacetado, fragmentado e mutante. Ele é configurado por comunidades autônomas e independentes, que abrem fronteiras no interior das instituições clássicas estabelecidas; por novas comunidades desinstitucionalizadas; e por grupos e mo-

vimentos arraigados em propósitos específicos. Esse cenário cristão plural leva à questão sobre o significado de ser cristão e ser igreja. Não são conceitos únicos e a possibilidade da sua aplicação às diversas vivências cristãs mostra a sua complexidade. O conceito “religião cristã” é excessivamente vago, que tudo abarca e com nada se identifica. Há quem o vincule a uma espiritualidade de consumo, sintonizada com a lógica do mercado neoliberal, que busca o triunfalismo a qualquer custo e espiritualiza a realidade; e há propostas de vivências do Evangelho encarnadas e ativas nos diversos contextos socioculturais, com liturgia e mística militantes, no diálogo da doutrina com as culturas locais, e práticas que contribuem para transformações sociais e afirmações de direitos que qualificam a vida humana e de toda a criação. Essa diversidade tensiona e conflita, mas também apresenta possibilidades de uma “cultura do encontro” e uma “cultura do diálogo” entre os diversos modos de ser cristão e ser igreja. Para isso é preciso discernir e superar estruturas e doutrinas que separam, dividem, geram violência, propagando fundamentalismos e intolerância religiosa. Mesmo sem concordar com todas as vertentes cristãs atuais, é preciso reconhecer que muitas, e quero crer a maioria, realizam um legítimo esforço para oferecer sentido verdadeiramente evangélico à vida das pessoas e da realidade como um todo. Suas doutrinas, espiritualidades e projetos de missão mostram-se com significativo potencial para modelar comportamentos.

A pluralidade que o homoousios afirma em Deus, é verificável também na configuração plural do cristianismo. E por um processo de inreligação (QUEIRUGA, 2001, p. 315-355), o Credo niceno ajuda as diferentes tradições se encontrarem na fé comum, o que expressa a sua catolicidade na articulação entre pluralidade e singularidade. As diferentes identidades cristãs e eclesiais latino-americanas são desafiadas à acolhida e inclusividade mútuas, superando posturas de discriminação, preconceito e práticas proselitistas. Internamente a cada tradição eclesial, requer-se a superação do distanciamento entre clero e laicato, homens e mulheres, lideranças e comunidades. E requer-se também o reconhecimento da contribuição ao ser cristão oriundo das comunidades cristãs indígenas, negras, mestiças, que lutam por afirmar a própria identidade. Assim, a inclusividade afirma-se de modo dialógico no universo cristão plural, com pos-

turas de cooperação entre as diferentes formas de compreender e viver o discipulado de Cristo. A igreja assume diferentes formas de configuração tendo como pano de fundo diferentes tradições cristãs, como um substrato numinoso das vivências do Evangelho. E nisso não se justificam tendências hegemônicas ou de superioridade. O significado dogmático e ortodoxo de uma doutrina numa determinada igreja, não obscurece nem intimida a riqueza da diversidade que amplia a compreensão da fé no conjunto das igrejas. E isso pela afirmação da liberdade dialogal e cooperativa entre as diferentes formas de crer em Cristo. Com a quebra dos metarrelatos, das visões totalitárias da realidade, não se aceita dogmatismos fechados, eclesiocêntricos e exclusivistas. Faz-se necessário que todas as formas de ser cristão e ser igreja desenvolvam uma postura inclusiva. Tal é a exigência da fé de Niceia em um Deus Uno e Trino, estimulando uma igreja plural que propõe a verdade salvífica numa universalidade que assume a particularidade e singularidade de cada tradição eclesial.

3.2 Decolonizar o sagrado e o divino

Ao mesmo tempo que o Credo de Niceia é afirmado em sua validade 1700 anos depois, há que se ressignificar a sua linguagem ou mesmo refazê-la, para que não seja mera reprodução de termos sem sentido na cultura atual. A linguagem religiosa tem o sentido que a cultura do tempo possibilita, uma vez que os conceitos são tirados de um contexto social próprio ou ressignificados nesse contexto. A fé cristã tem importante poder libertador, e a teologia precisa expressar esse poder, libertando a própria fé de ideologias e roupagens que não condizem com o ser cristão. Assim, a teologia é elaborada por um processo de decolonização com autocrítica a teses, linguagens e categorias historicamente impostas, sobretudo por forças euro/nortecêntricas. A teologia é crítica também às implicações socioculturais, políticas e econômicas que silenciam a história das comunidades locais. Urge um pensar teológico epistemologicamente contextualizado, capaz de dar sentido às realidades cotidianas dos povos latino-americanos. As comunidades cristãs indígenas e afro-americanas, como também outras expressões populares do Evangelho, formadas pela mescla de tradições e particularidades locais, são capazes de ressignificar identidades e valores cristãos, eclesiais e

culturais. Elas precisam ser reconhecidas como sujeitos de uma nova história da fé cristã e das sociedades do continente. Tal novidade acontece mais no meio popular, uma vez que as instituições eclesiásticas têm dificuldades para mudanças e a busca de novos caminhos. Particularmente urgente é mostrar a contribuição dos povos originários, como a relevância da cultura do Bem-Viver, a utopia da “terra sem males”, a cosmovisão holística.

Decolonizar a compreensão cristã do sagrado, de Deus, do Evangelho, da Igreja, da missão, é importante tarefa da teologia que busca contribuir para uma recepção atualizada de Niceia na América Latina. Uma avalanche de teses, dissertações, livros e artigos científicos foram criados sobre esse concílio, e muitas dessas ideias se impuseram universalmente. Hoje é preciso decolonizar o Credo cristão, um processo que acontece por uma ampliação epistêmica que rompe com dicotomias como corpo e alma, sujeito e objeto, natureza e cultura, imanência e transcendência. A recepção não é apenas repetição de noções e comportamentos assimilados de outras latitudes. Implica também no redimensionamento de categorias, linguagens, formação de comunidades e práticas religiosas. A história do cristianismo latino-americano contribui para isso com seu patrimônio linguístico e prático próprio, sobretudo com a teologia construída em perspectiva libertadora. Essa teologia possibilita uma ressignificação do Concílio de Niceia, colhendo a concepção de fé das comunidades populares, “gerada nos entre-lugares, nas bordas das instituições, nas ruas, nos corpos que foram silenciados historicamente” (HORTEGAS, 2021, p.6). Ela permite que as convicções de fé se desenvolvam de uma forma relacional no interior de cada igreja, e ecumênica na relação entre diferentes igrejas. Tais convicções são dinâmicas e processuais para poderem atingir a totalidade da existência, não podem ser rígidas ou engessadas em princípios formais, porque a existência não é assim. A criatividade de nosso modo de viver como latino-americanos incide na compreensão da fé, criatividade que para algumas pessoas assume expressão sincrética - o que não tende necessariamente a uma síntese, mas “uma sobreposição de símbolos e significados” (STEIL, 2001, p. 30-31).

Assim, a fidelidade que a teologia cristã latino-americana tem ao Credo cristão da Tradição, implica contribuir para inserir o Credo no contexto socio-

cultural atual, repensando as heranças coloniais e as imposições euro/nortecêntricas na compreensão do Evangelho, da Igreja, da missão. Tal processo decolonial incide na realidade social, nas crises estruturais dos sistemas políticos e econômicos dos países desse continente, rompendo com a lógica mercadológica que se faz de forma desigual, gera pobreza e miséria humanas e depreda a criação, nossa Casa Comum.

3.3 Dimensão social da recepção de Niceia

A organização da vida cristã e da igreja não acontece de forma isolada das condições sociais e históricas de seu desenvolvimento institucional, doutrinal, espiritual e da ação evangelizadora. Assim foi em Niceia, e assim é nos tempos atuais. E isso faz com que a igreja se sensibilize com as dores, angústias e vicissitudes dos povos (GS 1). Na América Latina, e em todo o mundo, há “sombras de um mundo fechado”, no qual os “sonhos” de futuro sem guerras e mais integrado são “desfeitos aos pedaços” (FT 10-12). As polarizações políticas e ideológicas radicalizam-se e difundem-se pelas redes sociais. Entre os extremos, está uma postura conservadora e reacionária, o “centro”, formada por grupos socioculturais e políticos que apoiam um neoliberalismo de cunho progressista ou conservador de acordo com os interesses circunstanciais. Essas elites vivem assombradas com a possibilidade do declínio de seu padrão de vida, não mais podendo desfrutar de certas benesses e tranquilidades. Associam tais perdas provocadas pela globalização neoliberal aos “direitos” alcançados pelas minorias, mulheres, migrantes, grupos étnicos, etc., e buscam a restauração do status quo com a rejeição de políticas inclusivas. Assim, movimentos feministas, antirracistas e ambientalistas, entre outros, são combatidos pelas elites políticas e econômicas dos respectivos países.

Nesse contexto, sofrem particularmente as classes sociais formadas por pessoas pobres e marginalizadas, que vivem nas favelas, ruas e praças das grandes cidades. No meio rural, ribeirinhos, agricultores humildes e povos indígenas não conseguem tirar o sustento de seu próprio território, e as cidades lhes aparecem como destino quase irrefutável. Comunidades de matriz afro são negadas em sua identidade sociocultural, e religiosa.

Nesse contexto, há perda da consciência histórica e surgem novas formas de colonização cultural. Emergem novos costumes, de um lado favorecendo a expressão de minorias sociais; de outro lado, buscando manter o status quo de quem é favorecido pela atual situação política e econômica dos países orientados na lógica mercantilista.

O que o Símbolo de Niceia tem a dizer frente a constatação dos problemas pelos quais passam as sociedades latino-americanas, como a fome, a miséria, a negação dos direitos humanos, a xenofobia, as consequências trágicas das mudanças climáticas? Ao afirmar que o Filho participa da criação como imagem de tudo o que foi feito e em quem tudo subsiste (Cl 1, 17-19), fortalece a fé e a esperança na criação, cuja realização plena é antecipada em Jesus Cristo, como “alfa e ômega” (Ap 1,12-20). Ao dizer que o Filho é gerado pelo Pai, e que isso expressa o amor transbordante em Deus, desafia a fé cristã a expressar esse amor a todas as pessoas, indistintamente. O homoousios que mostra o Filho no Pai, como Deus em Deus, mostra também Deus em nós, “Deus conosco”, Emmanuel (Mt 1,23). A fé cristã testemunha no mundo o Deus de Jesus Cristo, próximo e solidário (Ex 3, 7-14), compassivo (Jo 10, 25-37), misericordioso (Ex 34, 6-7; Mt 9,12-13). A proximidade de Deus, em Cristo, com a humanidade é para as igrejas como “um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres” (LS 158). E a comunhão ad intra à realidade divina é um chamado às sociedades para “tirar as consequências do destino comum dos bens da terra” (LS 158). Os problemas constatados não devem levar a um “pessimismo estéril (EG 84-86) que causa uma “sensação de derrota” (EG 85). As igrejas são chamadas a testemunharem que em Cristo a vida humana e de toda a criação está assegurada, plenificada. A fé cristã é cooperadora do projeto divino de reconciliação entre o céu e a terra “onde habita toda justiça” (2Pe. 3,13).

A imagem da Trindade que Niceia mostra, como comunidade de pessoas que comungam no amor ad intra e na realização dos projetos ad extra, é modelo para as igrejas e as sociedades do nosso tempo. Deus é um, mas não é solidão, as três Pessoas atuam em comunhão. Assim também deve ser tanto na comunidade cristã quanto na sociedade. Todos somos coparticipantes na missão divina de cuidar da vida humana e da criação. O consenso adquirido em Niceia estimu-

la hoje o testemunho comum do espírito evangélico assumindo compromissos concretos pela fraternidade universal, a amizade social (FT), o cuidado da Casa Comum (LS), num Pacto Educativo Global (FRANCISCO, 2019). O humano em Cristo é modelo para nossa re-humanização. A fé de Niceia contribui para isso ajudando na superação de tensões com potencial de distanciamento ou mesmo de divisão entre pessoas e povos, estimulando relações que se caracterizem pela proximidade e parcerias em projetos sociais que expressem a “caridade política” (FT 180.182.190).

3.4 O político em Niceia, e na fé cristã hoje

Em Niceia houve a expressão de tendências culturais e teológicas diferentes, em tensão e contraposição. Mas o Credo foi formulado conforme a proposta do grupo que usava uma linguagem considerada, naquele momento, a que melhor condizia para a explicitação da fé em Jesus Cristo e o entendimento da sua natureza/identidade humana e divina. Assim se afirmaram os termos homousios, ousia e hipóstasis, ressignificados para serem adequados na expressão do mistério sobre a pessoa de Jesus Cristo como verdadeiro Deus.

A presença do imperador Constantino no Concílio de Niceia, convocando-o, presidindo e legitimando essa posição conferiu um importante teor político ao concílio (CORBIN, 2009; SILVA; MENDES, 2006). Após vencer Licínio e entrar vitorioso em Roma (SOUZA, 2008, p. 89), Constantino publica o Edito de Milão (313), estabelecendo a tolerância religiosa no Império, com a liberdade de consciência e de culto a todas as religiões. Com isso, as comunidades cristãs deixam de ser perseguidas, têm suas propriedades restauradas e veem em Constantino um amigo e um aliado, entendido por Eusébio de Cesareia como “protetor do bem” (CESARÉIA, 2011, p. 402) e amado por Deus. Ao que se percebe, Eusébio não considera nesse momento o fato de que Constantino era conhecido como homem de ira incontrolável e de espírito sanguinário contra seus adversários (GONZÁLEZ, 211, p.144).

A atuação de Constantino a favor da fé cristã é controvertida, e são claros os interesses para o seu governo do Império. Constantino buscava na igreja uma aliada para revigorar um império debilitado por guerras e oposições políticas.

Mas a igreja também estava fragilizada pelas disputas teológicas, sobretudo pela controvérsia ariana. Então o Imperador percebeu que um cristianismo fragmentado não seria de ajuda (SHELLEY, 2004, p. 112) e a ideia de um Concílio surge como meio para resolver as querelas teológicas, fortalecendo a igreja como sua aliada. Em Niceia, Eusébio de Cesareia, forte opositor de Ário, apresenta o credo batismal de sua cidade natal, e o imperador e os bispos por ele liderados concordaram com sua ortodoxia, mesmo se não resolvia claramente todas as questões arianas (BETTENSON, 2011, p. 61). Para apresentar uma espécie de solução mais direta aos problemas levantados por Ário, o Concílio assume outro código batismal similar e o altera, adicionando anátemas às afirmações arianas (BETTENSON, 2011, p. 62). Entende-se que o próprio Constantino propôs que aí se usasse o conceito homoousios:

Depois de algumas discussões e pouca concordância, o próprio Constantino propôs que o novo credo incluísse a afirmação de que o Filho é o homoousios – consubstancial com o Pai. É possível que Ósio tivesse recomendado essa linguagem e que tivesse sido influenciado nesse sentido por Alexandre e Atanásio. Outra origem possível era o bispo Eusébio de Cesária (OLSON, 2001, p. 158).

Observa-se, assim que Constantino exerceu importante influência na formulação do Credo de Nicéia, inclusive nomeando uma comissão de bispos para redigir o texto do Credo que deveria ser assinado pelos bispos presentes e pelos que não conseguiram ir ao concílio. Isso caracteriza o Concílio de Niceia como um evento religioso e político, simultaneamente.

Tal fato não significa, contudo, que Constantino garantira a unidade da igreja. Havia sérias preocupações de membros das comunidades cristãs que não estavam contempladas nas discussões conciliares, por não terem voz nos meios hierárquicos. Tal era o caso de trabalhadores rurais, pobres e escravos. As pessoas humildes sofriam com os problemas de impostos, fixação compulsória nas terras em que trabalhavam, o aumento de preço dos produtos básicos (HINSON, SLEPLERSKI, 2010, p. 129). Tais problemas, contudo, não formavam a pauta das discussões da igreja oficial, a busca da unidade na fé não incluía o esforço da igualdade social. E Constantino não foi exemplar no esforço pela unidade da

igreja, tendo posturas diferentes em relação às tendências cristãs: de um lado, vence Maxêncio que persegue a fé cristã; de outro, é perseguidor dos donatistas na África. Eusébio de Nicomédia, que se recusou a assinar o Credo de Niceia, foi deposto de seu cargo e expulso da sua cidade. Mas Constantino o readmite mais tarde por meio de articulações políticas. O próprio Ário, condenado no concílio, também foi depois favorecido por Constantino, ao perceber que a condenação não tinha garantido a paz na igreja, o que não favorecia também para realizar os seus objetivos no Império. Assim, a readmissão de Ário contribuía para expandir o entendimento de uma igreja universal, o que, ao menos em tese, favoreceria para a paz no Império. E como nesse contexto Atanásio se manifestava fortemente opositor a Ário, passou a sofrer perseguições e calúnias, sendo também este exilado pelo Imperador. Enfim, foram muitas as articulações de Constantino visando favorecer seu governo imperial. E a mescla entre motivações religiosas e interesses políticos abre um período de novas relações entre a igreja e o Estado, originando o sistema da cristandade.

O que isso significa para as relações entre fé e política nos dias de hoje? A estreita relação entre fé e política, igreja e Estado no período constantiniano prolongou-se por séculos, com influências até os dias de hoje. De fato, a fé tem uma dimensão política constitutiva, sendo a pessoa crente chamada a testemunhar publicamente seu credo, o que não é sem alguma incidência no seu meio social. A dimensão política da fé permite que ela tenha uma contribuição à sociedade como um todo, para além da própria comunidade religiosa.

Contudo, a fé não se reduz à política, e nem vice-versa, de modo que ambas possuem universos autônomos de compreensão e vivência. O problema consiste na possibilidade do uso da fé apenas de modo ideológico, para justificar interesses de pessoas ou grupos, em detrimento do bem comum. Então a ênfase colocada na política acaba por eliminar ou subordinar a fé. É assim que se expressam posturas teocráticas, ou partidos políticos com pretensa motivação religiosa. O contrário também é prejudicial: acentuar a importância da fé de um modo espiritualista e abstrato causa prejuízos à contribuição social da vivência do Evangelho.

Onde está o equilíbrio? A teologia na América Latina estimula a vivência da fé cristã com um ethos que faça diferença no meio social. Preocupar-se com o que é do ser humano e da Casa Comum é o modo adequado de compreender a Boa Nova do Evangelho da “vida em abundância” (Jo 100,10), o que requer vínculo entre fé e política. Não é ideologizar a fé, mas assumir as responsabilidades históricas pelo seu ato. Nada do que é humano é indiferente ao ser cristão e ser igreja. E isso expressa algo central do dogma cristológico de Niceia: o humano e o divino intrinsecamente unidos, que o Concílio de Calcedônia (451) afirma numa distinção sem separação ou divisão, união sem confusão. Como Jesus humaniza Deus, a fé no Deus de Jesus deve nos humanizar, de modo que a salvação consiste na plenificação do humano até atingir a “estatura completa de Cristo” (Ef 4,13). Concretamente, isso implica assumir as lutas por justiça, igualdade, defesa de direitos, solidariedade, opção pelas pessoas mais pobres e vulneráveis. Então, o Credo cristão é vivido nos compromissos evangélicos pela busca de solução aos problemas socioambientais. A celebração dos 1700 anos do Concílio de Niceia pode estimular essa postura às igrejas do nosso tempo, unindo-as nos esforços pela defesa e promoção da vida humana e do planeta.

4. Redimensionamento do viver cristão na América Latina

O cristianismo é constituído por um patrimônio de valores que formam sua riqueza histórica. A igreja vive da tradição, ela é a sua tradição como fidelidade à própria origem e desenvolvimento histórico. Contudo, isso não significa engessamento em ritos e doutrinas, vividos por anacronismos teológicos, litúrgicos e espirituais. A verdade cristã é processual, dinâmica e necessitada de constante aggiornamento e reforma (UR 6) em sua compreensão e vivência nos diferentes tempos e contextos. A fé cristã é livre de todo fixismo em nome de uma ortodoxia mal compreendida.

Isso implica num redimensionamento do viver cristão e da igreja a partir do que recebemos de gerações que nos precederam, compreendido e vivido nas condições do presente. É com base a esses dois momentos da fé – o ontem e o hoje – que se deve alimentar a dimensão utópica do Credo cristão. A referência à pessoa de Jesus Cristo é o critério permanente do que é verdadeiramente cristão

em cada tempo e lugar (PALÁCIO, 2004, p. 195). Isso é o que dá uma tensão criadora à vida cristã e permite “Esperar contra toda esperança” (Rm 4, 18).

Tal redimensionamento faz com que a recepção do Concílio de Niceia nas comunidades cristãs da América Latina no século XXI estimule uma fé engajada nas comunidades. O processo de recepção não é mera acolhida teórica de um sistema de verdades e doutrinas. A fé é, primeiramente, experiência, vida, ortopraxia – coerência na história pessoal e comunitária. Então, a observação do Credo dogmático não tem fim em si mesmo, expressa a experiência do Evangelho como o que de fato caracteriza o ser cristão e ser igreja, pelo seguimento e discipulado de Cristo. Ele é o caminho a ser seguido de modo existencial, o que performa a identidade cristã e eclesial fornecendo algo novo, um ethos, um viver que faz a diferença qualitativa (PALÁCIO, 1989.1994). Assim, a vida é vivida no horizonte do Reino, que possibilita um transbordamento de sentido às realidades humanas, sociais e ambientais, cujas características centrais apontam para o Reino de Deus, em sintonia com as parábolas das Bem-aventuranças (Mt 5, 3-12) e do Juízo Final (Mt 25, 31-46).

Assim, redimensionar o viver cristão e a organização da igreja vai além de reformas e de adaptações, por mais importantes que sejam. Viver o Credo cristão hoje requer um repensamento da totalidade do cristianismo, com novos pressupostos e novos paradigmas que orientam novos comportamentos pessoais e comunitários. Não se trata de manter uma tradição a todo custo, mas de provocar um novo futuro para a igreja, o qual depende de uma recomposição da experiência cristã na sua totalidade. Por isso o Credo exige testemunho concreto das pessoas e comunidades, o que acontece “com uma condição: que não abandonem a história à sua sorte, capitulando diante da opacidade do real” (PALÁCIO, 2004, p. 194).

Contribui para isso o que os Padres afirmam da fé cristológica de Niceia e Calcedônia: em Cristo/Deus, o que não foi assumido também não foi redimido. Ele assumiu a humanidade para ajudar o humano a se divinizar. Isso implica às comunidades cristãs viver a missão em processos de transformação e humanização. Elas formam a igreja da proximidade, da ternura, da inclusão, da “saída”

de toda “autorreferencialidade”, a igreja com “portas abertas”. Uma igreja mais centrada na ética e no humanismo que no culto, na doutrina ou na hierarquia que centralizam tudo no clero. A igualdade das três pessoas divinas, em cuja fé professamos com Niceia, exige condições de igualdade na dignidade das pessoas batizadas. E nesse sentido, “é preciso reorganizar o cristianismo em comunidades de convivência e missão - o que demanda uma reforma estrutural da Igreja, para favorecer o protagonismo dos cristãos leigos e leigas, como sujeitos eclesiais no meio do mundo” (ALZIRINHA; ARAGÃO, 2018, p. 672). Bem previu José Comblin que as comunidades cristãs futuras serão pequenas, onde se estabeleçam relações de fraternidade, de pessoas que partilhem a mesma religião, os mesmos valores, em oposição a um mundo cada vez mais individualizado (COMBLIN, 2007, p. 17-18). É nessa direção que o Papa Francisco propõe uma “igreja em saída” (EG 20-23), com redimensionamentos teológicos e reformas estruturais no horizonte de uma “pastoral em conversão” (EG 25-26). Trata-se de redimensionar a vivência e o anúncio do Evangelho com fidelidade às origens e abertura ao tempo presente e ao futuro, com liberdade de todo aparato burocrático e rubricista que por séculos obscureceu o testemunho da fé, privando-o da dinamicidade e novidade oriundas do Espírito que “sopra onde quer” (Jo 3,8).

5 .Niceia: uma teologia com conclusões abertas

O esforço de Niceia para apresentar o mistério divino sob certas noções racionalmente elaboradas não é algo pacífico. Há quem considere os termos homoousios, ousia, physis, hipóstasis como uma “especulação trinitária intelectualmente ambiciosa” (KUNKG, 1978, p. 601), exageros filosóficos sobre o mistério divino. Como tais termos são inexistentes nas Escrituras, eles seriam teologicamente vazios. Para E. Schillebeeckx, a cristologia de Niceia foi imposição de uma norma que abandonou a cristologia dos Evangelhos, e a teologia trinitária é uma “teologia de terceiro grau” (SCHILLEBEECKX, 2002, p. 537.626).

Contudo, há que se admitir o esforço positivo em Niceia para dar um significado teológico a tais conceitos, visando sustentar a consciência eclesial sobre a fé em Jesus Cristo. Assim, “a expressão do homoousios é um minimum teo-

lógico que cada geração deve aprofundar com humildade intelectual, fidelidade eclesial e criatividade espiritual” (MARÍN MENA, 2024, p. 481).

Com o homousios afirma-se o nome cristão do Deus Único como Pai, Filho e Espírito. Mas o houmoousios não esgota o mistério de Deus, que permanece incognoscível e inominável. A teologia cristã “dá” um nome ao divino, concebendo-o como “Pai”, “Filho”, “Espírito Santo”, mas distancia-se das tendências culturais nas quais dar o nome significa dominar, pois “os nomes têm poder sobre as coisas nomeadas” (MARCONI, 2008, p. 31). Para essas tendências, nomear o divino equivaleria a algo como atraí-lo, ou possuí-lo. Mas é bom lembrar que o homousios é um conceito analógico e faz parte da linguagem metafórica das religiões, que tem sempre significado polivalente. O significado humano é limitado dessas expressões, ganha sentido de infinitude ao serem conectadas com a palavra “Deus” (HUBER, 1993, p. 76-79). Essa infinitude não é definida por um nome, o que limitaria o ser de Deus. Como “ninguém jamais viu a Deus” (Jo 1,18), Ele é inominável. Mas tais expressões satisfazem a pessoa cristã no seu entender e relacionar-se com Deus.

Não obstante, o nome cristão de Deus não é mero nominalismo sem conteúdo. Por trás da doutrina da fé trinitária há uma realidade que sustenta o ato de crer, os conceitos expressam experiências religiosamente interpretadas. Essas experiências impulsionam a elaboração de noções sobre o divino experimentando. Em Niceia a concepção sobre o Filho como “Deus” é fruto da experiência de vida que cristãos/ãs fazem, religiosamente interpretada. Hoje, “novos lugares, novas pautas, novos sujeitos e novas hermenêuticas concedem ao conhecimento da teologia na processualidade, dinamicidade, progressividade e dialogicidade, superando o dogmatismo, o fixismo e a imutabilidade na concepção da verdade cristã” (WOLFF, 2022, p. 152).

Assim, de um lado, Niceia “dá” um nome ao divino; mas, de outro, não o define. Esse nome serve mais para expressar metaforicamente as experiências humanas sobre Deus. Isso exige entender a tentativa que Niceia faz de falar sobre o ser de Deus, colocando a fé cristã à escuta humilde de outras formas de dizer “Deus”. Em seu ser, Deus permanece inominável e não é propriedade de quem

pronuncia o nome de Deus: “A redução do divino a uma metáfora, a um único nome, é idolatria” (DEIFELT, 2006, p. 266). Disso concluímos, de um lado, que o conceito homousios coloca-se no esforço humano e religioso de dizer algo sobre o Mistério e da necessidade que a igreja tem de “dar razões da própria esperança” (1Pe 3,15). De outro lado, esse conceito não absorve a totalidade do Mistério, de modo que há espaços para outras concepções.

Por isso, a teologia cristã não é um saber pronto e definitivo da fé. A concepção da verdade é processual, histórica, e não existe a última palavra sobre a verdade, mesmo em doutrinas de fé. As conclusões de Niceia não escondem o fato de que Deus, como mistério, não pode ser expressado com categorias pretensamente definitivas. Diz o papa Francisco: “O teólogo que se compraz com o seu pensamento completo e concluído é um medíocre. O bom teólogo e filósofo mantém um pensamento aberto, ou seja, incompleto, sempre aberto ao maius de Deus e da Verdade” (Veritatis Gaudium, n. 3). Então, tateamos o Mistério, certos de que, não obstante seu esse absconditus (ser oculto), Deus pode se deixar aprender pelo intellectus fidei, embora não seja compreendido cabalmente, como nos mostra a teologia apofática. A teologia tem sempre conclusões abertas.

Conclusão

O concílio de Niceia foi o método utilizado para grandes discussões teológicas e a busca de convergências e sínteses consensuais na fé. Toda doutrina da igreja é sempre uma síntese de perspectivas diversas, favorecendo o que possibilita maior concordância, posicionando-se a favor de algumas, consideradas ortodoxas, mesmo com risco de parcialidade, enquanto outras propostas são consideradas inapropriadas, erros ou mesmo heresias. O concílio não é um método perfeito, tem as fragilidades das pessoas que dele participam, mas mostra-se altamente viável para a igreja. Em nossos tempos, o concílio é uma fundamental contribuição para a realização da igreja sinodal que busca integrar todos os seus membros em processos de comunhão, participação e missão. Essa é uma importante contribuição do Concílio de Niceia para o modo de ser da igreja na América Latina, e em todo o mundo, impulsionando os passos para a comunhão

de fé, iluminando desafios que emergem de diversas realidades, e integrando os diferentes sujeitos eclesiais nos processos de discernimento e decisão.

Niceia teve a questão cristológica como foco, encontrando soluções para afirmar a divindade de Jesus Cristo, base para a fé cristã de todo o sempre. No conceito homoousios, utilizado para mostrar a unidade entre o humano e o divino na pessoa de Cristo e inserindo-o no ser de Deus, destaca-se a compreensão de um Deus que não atua isoladamente, não é solitário, mas deixa espaço em si mesmo para a participação de outrem em seu projeto criador e salvador. Numa recepção contextualizada dessa fé de Niceia no continente latino-americano, afirmar a existência de Cristo em e como Deus, e a nossa existência em Cristo, implica entender-nos coparticipantes do seu projeto para toda a humanidade e toda a criação. Professar a fé de Niceia nesse continente, é tornar-se responsável com Deus para que os povos conheçam a realidade de comunhão que Ele é em si mesmo que, no seu amor, se extrapola ao mundo. E a fé que possibilita comungar nesse amor divino se compromete a vivê-lo concretamente na construção de uma nova ordem social, de justiça, igualdade, fraternidade humana e cuidado da Casa Comum. Tal é o caminho da recepção do Concílio de Niceia nas comunidades cristãs da América Latina.

Referências

- BERKENBROCK, Volney J. “Fé cristã plural: a chance do retorno à catolicidade”. *Atualidade Teológica*, v.46, jan./abr.2014, p. 81-103.
- BETTENSON, Henry. *Documentos da Igreja Cristã*. 5^a edição. São Paulo: ASTE, 2011.
- CESARÉIA, Eusébio de. *História eclesiástica*. Rio de Janeiro: CPAD, 2011.
- COMBLIN, J. La crisis de la religión en la Cristiandad. Revista electrónica latino-americana de teología (RELat). *Servicios Koinonia*, n. 377, 2007. Disponível em <https://www.servicioskoinonia.org/relat/377.htm>. Acesso em 12 fev. 2025.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2007.
- CORBIN, Alain: “História do Cristianismo”. Em: *Quando o Império Romano se torna cristão*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- DEIFELT, Wanda. “Contexto social, linguagem e imagens de Deus”. In SUZIN, Luiz

- Carlos (org.). *Teologia para Outro Mundo Possível*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 263-276.
- FERNANDEZ, Samuel, “Eusebio de Cesarea y a controvérsia arriana. Una nueva interpretación del estalido de la crisis”. *Estudios Eclesiasticos*, vol. 99, núm. 389, mayo 2024, p. 413-443.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Evangelii gaudium. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual* (EG). São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato Si'. Sobre o cuidado da casa comum* (LS). São Paulo: Paulinas, 2015.
- FRANCISCO, Papa. *Constituição apostólica Veritatis Gaudium. Sobre as universidades e as faculdades eclesiásticas*. São Paulo: Paulinas, 2017.
- FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Fratelli tutti. Sobre a fraternidade e a amizade social* (FT). São Paulo: Paulinas, 2020.
- FRANCISCO, Papa. “Mensagem para o lançamento do Pacto Educativo Global” (2019, 12 de setembro). Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portugues.pdf>. Acesso em 12 fev. 2025.
- GONZÁLEZ, Justo L. *História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados*. 2a edição. São Paulo: Vida Nova, 2011.
- HINSON, E. Gleann., SLEPLERSKI, Paulo. *Vozes do cristianismo primitivo: o cristianismo como movimento que celebra sua unidade na diversidade, feito por indivíduos comuns, rumo à institucionalização*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- HORTEGAS, Monica Giraldo. “Religião popular e sincretismo na América Latina: uma análise decolonial”. *Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil* – Nº 20 – Ano X – 10/2021, p. 6 (Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES – LATINDEX – ISSN: 2238-6424 – www.ufvjm.edu.br/vozes).
- HUBER, Carlo. *E questo Tutti Chiamano “Dio”*. Analisi del linguaggio Cristiano. Roma, Editrice PUG, 1993.
- KINZIG, Wolfram. “The Creed of Nicaea. Old Questions, New Answers”. *The Ecumenical Review*, vol. 75, n. 2, April 2023, p. 215-234.
- KUNG, Hans. *Ser cristiano*. 4.^a ed. Madrid: Cristiandad, 1978.
- MARCONI, Momolina. *Prelúdio à História das Religiões*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MARÍN MENA, TOMÁS J. “Nicea y la alteridade em Dios: relevancia ontológica, génesis dogmática y alcance histórico-salvífico”. *Estudios Eclesiasticos*, vol. 99, núm. 389, mayo 2024, p. 477-513.
- OLSON, Roger. *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas*. São

- Paulo: Vida, 2001.
- PALÁCIO, Carlos. “A identidade problemática”. *Perspectiva Teológica* 21 (1989) 171-176
- PALÁCIO, Carlos. “A originalidade singular do cristianismo”, *Perspectiva Teológica* 26 (1994) 311-339.
- QUEIRUGA, Andrés Torres. Do Terror de Isaac ao Abbá de Jesus. Por uma nova imagem de Deus. São Paulo: Paulinas, 2001.
- SANTOS, Francisco Emanoel Lima. “A Escola de Alexandria e sua interpretação alegórica das Sagradas Escrituras”. *PqTeo*, v. 6, n. 11, p. 108-123, jan./jun. 2023.
- SCHILLEBEECKX, Edward. *La história de un viviente*. Matrid: Trotta, 2002
- SHELLEY, Bruce L. *História do cristianismo de todos: uma narrativa do desenvolvimento da Igreja Cristã através dos séculos*. São Paulo: Shedd Publicações, 2004. p.112
- SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Normas Mendes (org). “Repensando o Império Romano”. Em: SILVA, G. V. da & MENDES, N. M. (Org.) *A Relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV)*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.
- SOUZA, Alex Amorim de. *O segundo Deus*. Porto Alegre: Redes Editora, 2008.
- SOUZA, Alzirinha; ARAGÃO, Gilbraz. “Fazer a igreja católica se mover: a pertinência do Evangelho no mundo contemporâneo”. *Paralellus*, Recife, v. 9, n. 22, set./dez. 2018, p.667-697.
- STEIL, Carlos Alberto. “Catolicismo e cultura”. Em: VALLA, Victor Vincent (org.), *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001, p. 30-31.
- WOLFF, Elias. A teologia na academia: valores, desafios e possibilidades. *Teología y Vida* 63/2 (2022) 149-177.